



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS-TRE/AM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO E FINANÇAS-SAO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS-COSEG
SEÇÃO DE TRANSPORTE-SETRAN

ESTUDOS PRELIMINARES

(art. 24 da IN nº 05/2017-MPOG)

- Destinado à futura contratação de serviço de Apoio Administrativo de 03 (três) motorista na categoria “D”-

Processo Administrativo 3793/2022

Sumário

| | | |
|-------|---|---|
| I | – Introdução..... | 3 |
| II | – Da necessidade da contratação..... | 3 |
| II-1 | – Justificativa da necessidade da contratação..... | 3 |
| III | – Da referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver | 4 |
| III-1 | – Alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas..... | 4 |
| III-2 | – Vinculação com a política pública do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas..... | 5 |
| IV | – Dos requisitos da contratação | 5 |
| IV-1 | – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade..... | 5 |
| IV-2 | – Natureza continuada do serviço a ser contratado..... | 5 |
| IV-3 | – Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada | 6 |
| IV-4 | – Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada | 6 |
| IV-5 | – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas..... | 7 |
| IV-6 | – Soluções de mercado que atendam aos requisitos da contratação pretendida | 7 |
| V | – Da estimativa das quantidades..... | 8 |
| V-1 | – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte.... | 8 |
| V-2 | – Necessidade de materiais específicos..... | 8 |
| VI | – Do levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar..... | 8 |
| VI-1 | – Contratações similares | 8 |
| VI-2 | – Audiência pública..... | 9 |

| | | |
|--------|--|----|
| VII | – estimativas de preços ou preços referenciais | 9 |
| VII-1 | – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais | 9 |
| VII-2 | – Memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte | 9 |
| VIII | – Descrição da solução como um todo | 12 |
| VIII-1 | – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados | 12 |
| IX | – Justificativas para o não-parcelamento da solução | 14 |
| IX-1 | – Inviabilidade de divisão da solução a ser contratada | 14 |
| IX-2 | – Indivisibilidade do objeto | 14 |
| X | – Resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis | 14 |
| X-1 | – Benefícios diretos e indiretos que se espera com a contratação | 14 |
| XI | – Providências para adequação do ambiente do órgão | 15 |
| XI-1 | – Cronograma com as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores | 15 |
| XI-2 | – Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado | 16 |
| XI-3 | – Juntada do cronograma ao processo e inclusão, no Mapa de Riscos, dos riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo | 16 |
| XII | - Contratações correlatas e/ou interdependentes | 16 |
| XII-1 | – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral | 16 |
| XIII | - Declaração da viabilidade ou não da contratação | 16 |
| XIII-1 | – Viabilidade da contratação | 16 |

I – INTRODUÇÃO

1. O presente documento, denominado **Estudos Preliminares**, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, expedida pelo Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), especialmente o disposto no art. 24, atentando-se para as diretrizes constantes no Anexo III da referida IN nº 05/2017-MPOG.

2. Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento licitatório, a ser processado por Pregão Eletrônico, para selecionar Empresa prestadora de serviços de apoio administrativo na quantidade de 03 (três) motoristas habilitados na categoria “D”.

II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

II-1 – Justificativa da necessidade da contratação

A Resolução TRE/AM nº 002/2010, de 02 de Março de 2010, que regulamentou a Resolução 83/2009, do Conselho Nacional de Justiça que disciplina o uso dos veículos oficiais pelos órgãos do Poder Judiciário, autoriza que:

RESOLUÇÃO TRE/AM Nº 002/2010, DE 02 DE MARÇO DE 2010

Regulamenta a Resolução do CNJ nº 83/2009, de 24 de maio de 2017, que disciplina o uso dos veículos oficiais pelos órgãos do Poder Judiciário.

CAPÍTULO XII – DOS CONDUTORES DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 32. Para fins desta resolução, são considerados habilitados a dirigir os veículos integrantes da frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação válida e com categoria que permita a condução do veículo disponível:

III – motorista terceirizado disponibilizado por empresa privada, na contratação de prestação de serviços de condução de veículo pelo TRE/AM, nos termos do dissídio Coletivo de Trabalho do Sindicato específico da classe.

[original sem destaques]

Diante da possibilidade jurídica de motorista de empresa terceirizada conduzir veículos oficiais, passamos a justificativa de fato:

Atualmente a quantidade de veículos automotores pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas é de 78 (setenta e oito), ratiados entre a secretaria e os cartórios eleitorais de todo o estado.

Deste rateio, a quantidade de veículos oficiais tombados na sede são em total de 12 (doze) carros, sendo 3 (três) picapes, 1 (um) microônibus, 3 (três) vans, 2 (dois) corollas sedans, 2 (dois) focus sedans e 1 (um) gol hatch.

Dentre os tipos de veículos mencionados, as três vans e o microônibus exigem para condução motoristas habilitados na categoria “D”, uma vez que o inciso IV do Art. 143 da Lei 9.503/1997 impõe que o condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista, deverá ser habilitado na categoria “D”, considerando que tanto a van, como o microônibus possuem mais de 8 (oito) lugares.

Além da justificativa da necessidade de os motoristas possuírem habilitação na categoria “D”, há também a necessidade de motoristas na Seção de Transporte em outras categorias, como a “A” e a “B”, uma vez que o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas não possui cargos de motoristas e nem contratos terceirizados que cubram a obrigação de condução dos veículos oficiais.

O atendimento dos serviços de transporte na condução dos veículos oficiais vem sendo suprida pelos servidores efetivos e requisitados da área técnica administrativa, em quase todas as atividades de transporte que exigem transporte de passageiros na categoria “B”, muito solicitada nos agendamentos

de transporte, junto a Seção de Transporte, tanto pela Secretaria, como pelos cartórios eleitorais da capital.

Cabe ressaltar ainda, sob a esporadissitude que os servidores da área administrativa exercem quando na função de motorista, não sendo adequado juridicamente, muito menos tecnicamente a função, uma vez que o motorista de passageiro profissional é treinado para este tipo de atividade.

Desta forma, a necessidade de contratação de serviço técnico operacional de é oportuno e necessário, considerando a demanda de transporte da Justiça Eleitoral junto a secretaria e cartórios eleitorais da Capital.

III – DA REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, SE HOUVER

III-1 – Alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

Considerando a PA 291-58.2015.6.04.0000 – Classe 26 SADP 18.474 do ano de 2015, foi publicada a Resolução Nº 01/2016-TRE/AM, de 30 de março de 2016, que aprovou o Plano Estratégico do TRE-AM para o sexênio 2016 a 2021, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral, e dá outras providências. A referida portaria traz o Plano Estratégico do TRE/AM, – 2016/2021 propriamente dito. Na página 12, os objetivos institucionais e ações estratégicas da citada Resolução, destacamos os seguintes objetivos e ações estratégicas:

1.0 **Garantir a legitimidade do processo eleitoral e os direitos de cidadania e fortalecer a democracia:** ao cumprir sua missão institucional, realizando as eleições e decidindo sobre as demandas judiciais delas decorrentes, a justiça eleitoral brasileira atua na defesa de direitos civis e contribui para o fortalecimento da democracia.

2.0 **Aprimorar o processo eleitoral e fortalecer sua segurança:** relaciona-se aos objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

3.0 **Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional:** tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

4.0 **Combater a corrupção e a improbidade administrativa:** refere-se ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

5.0 **Melhorar a acessibilidade na justiça eleitoral:** trata-se da implementação de medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, a fim de promover o acesso, amplo e irrestrito, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito da Justiça Eleitoral.

6.0 **Racionalizar e tornar ágil o processo de contratação:** busca pela qualidade do processo de contratação, traduzida em racionalidade e agilidade, para que a administração possa contratar bons produtos e serviços, a baixo custo, e no tempo que permita sua utilização para o bom desempenho institucional.

7.0 **Aprimorar a gestão de pessoas:** refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

8.0 **Promover a melhoria da governança e da gestão institucional:** diz respeito à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e relevantes para o TRE-AM e seus clientes. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho, de projetos, de riscos e de controles internos.

9.0 **Garantir as soluções de TIC demandadas:** garantia da confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos.

10.0 **Aprimorar a gestão orçamentária e de custos:** refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

III-2 – Vinculação com a política pública do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

A contratação pretendida, além de estar em perfeita harmonia com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (tópico supra), está pautada em política pública de atendimento ao eleitor, em especial, no presente caso, as atividades administrativas voltadas para o cidadão.

IV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

IV-1 – Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

A empresa deverá estar regularmente estabelecida e devidamente autorizada a atuar no ramo do pretense objeto a ser contratado, cuja comprovação deverá estar nos registros das atividades econômicas constantes em seu Cadastro no Sistema Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF, e ainda, estar devidamente autorizada pelo município de Manaus-AM, devendo, para tanto, deter o Alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.

Estar em pleno gozo da capacidade de contratar com a Administração Pública Federal, em conformidade com os ditames da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Estar regular junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União, às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal e Justiça do Trabalho.

Deter Capacidade Técnica na prestação dos serviços, por meio de atestado emitido por entidade pública ou privada, dando conta da realização de serviço similar ao licitado.

IV-2 – Natureza continuada do serviço a ser contratado

Importa o registro que o serviço a ser contratado é de execução contínua, tendo em vista que sua paralisação, caso ocorra, acarretará incalculável prejuízo ao bom andamento das atividades do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, especialmente à Secretaria e aos Cartórios Eleitorais da capital. Sendo assim, incide a regra prevista no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, segundo a qual a duração do contrato relativo à prestação de serviço de execução continuada poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses. Outrossim, a contratação almejada se amolda às disposições contidas no art. 15 da IN nº 05/2017-MPOG, segundo o qual os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

IV-3 – Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada

A empresa que vier a ser contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Boas práticas sustentáveis para contratação de serviços de transportes e gestão de frotas de veículos (fonte: caderno de logística de Transportes do Governo Federal).

Aspectos a serem inseridos no Termo de Referência e/ou Minuta de Contratado:

Deverá ser firmado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas e a contratada um Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

A contratada deverá fiscalizar se os motoristas estão observando, sempre que possível, a não utilização de combustíveis fósseis, quando couber.

A contratada deverá realizar treinamento relativo à ecocondução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

A contratada deverá controlar multas e acidentes. Deverá proporcionar segurança aos passageiros, impedindo qualquer fato que coloque em risco a integridade física e psíquica dos servidores, colaboradores e terceiros.

Realizar os serviços conforme constante nas cláusulas contratuais, obedecendo aos critérios de responsabilidade ambiental previstos.

A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

A contratada deverá promover a realização de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

IV-4 – Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada.

O pretenso contrato de prestação de serviço de apoio administrativo na quantidade de 03 (três) motoristas categoria “D” terá duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável até 60 (sessenta) meses, conforme regra prevista na Lei 8.666/1993.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

IV-5 – Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Após a emissão da ordem de serviço ficará a contratada obrigada a criação de plano de execução de mobilidade na Cidade de Manaus, como também da área metropolitana, a ser entregue a Seção de Transporte do TER/AM no limite máximo de 30 (trinta) dias do encerramento do contrato celebrado.

IV-6 – Soluções de mercado que atendam aos requisitos da contratação pretendida.

A solução de serviços cuja contratação se pretende – a saber: **a)** serviço de apoio administrativo de motorista possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de serviço comum (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da IN nº 05/2017-MPOG). Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço ao Tribunal Regional Eleitoral poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

Em fevereiro de 2020, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM (do Amazonas) procedeu à abertura da licitação referente ao *Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº 91/2020 – IPAAM/AM*, que tinha como objeto:

....da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de MOTORISTA, Habilitado da categoria “D”, com fornecimento de mão de obra conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

[original sem destaques]

Como se vê, o serviço que foi licitado pelo IPAAM/AM em muito se assemelha ao ora pretendido pela TRE/AM. Participaram do processo licitatório do IPAAM/AM as seguintes empresas:

| EMPRESAS |
|--|
| SÃO JORGE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA |
| BETA BRASIL SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA |
| PERFIL COMERCIAL LTDA |
| C E C SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA |
| POOL ENGENHARIA, SERVICO, INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSTRUCOES LTDA |
| - A C R DE SOUZA |
| Dentre outras.... |

Trata-se de serviço técnico especializado, mas nem por isso há de ser considerado limitador da participação de demais empresas especializadas no ramo. Assim, temos por bem manter os requisitos da contratação pretendida, visto que não são restritivos, mas sim essenciais à qualidade do serviço que se espera com a contratação.

V – DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

V-1 – Método adotado para definir a estimativa da quantidade a ser contratada, com informações do contrato anterior e memória de cálculo e documentos que lhe dão suporte

A quantidade de 03 (três) motoristas categoria “D” é condicional a quantidade de veículos oficiais existentes na Sede do TRE/AM, projetada para o atendimento das demandas escalonizada para um período de 1/12.

Tabela:

| SEQ. | MODELO | MARCA | PLACA | RENAVAM | CHASSI | ANO | CLASSIF. | LOCALIZ. |
|------|-------------|------------|----------|--------------|-------------------|-----------|---------------|----------|
| 01 | S10 LTZ | Chevrolet | QZQ-8C28 | 0121800025-0 | 9BG148MK0LC427446 | 2019/2020 | Serviço | Sede TRE |
| 02 | Gol City | Volkswagen | JXK 1457 | 87247591-3 | 9BWCA05W66P004115 | 2005/2006 | Serviço | Sede TRE |
| 03 | Van Boxer | Peugeot | OAF 9213 | 52788698-0 | 936ZBWMMBD2096788 | 2012/2013 | Serviço | Sede TRE |
| 04 | Van Boxer | Peugeot | OAJ 2374 | 54665658-7 | 936ZBWMMBD2115306 | 2013/2013 | Serviço | Sede TRE |
| 05 | Van Boxer | Peugeot | OAJ 2394 | 54665195-0 | 936ZBWMMBD2115315 | 2013/2013 | Serviço | Sede TRE |
| 06 | Focus Sedan | Ford | NOV 5034 | 46008389-9 | 8AFTZZFFCCJ015844 | 2012/2012 | Serviço | Sede TRE |
| 07 | Focus Sedan | Ford | NOV 5044 | 46008808-4 | 8AFTZZFFCCJ015848 | 2012/2012 | Serviço | Sede TRE |
| 08 | S10 LTZ | Chevrolet | QZQ-8D28 | 0121800349-6 | 9BG148MK0LC427316 | 2019/2020 | Serviço | Sede TRE |
| 09 | Microônibus | Agrale | MHL 0652 | 91719872-7 | 9BYC3061W7C000049 | 2007/2007 | Serviço | Sede TRE |
| 10 | L-200 GL | Mitsubishi | JXG 6357 | 86005479-9 | 93XJNK3405C540274 | 2005/2005 | Serviço | Sede TRE |
| 11 | S10 LTZ | Chevrolet | QZQ-8D18 | 0121800279-1 | 9BG148MK0LC427254 | 2019/2020 | Representação | Sede TRE |
| 12 | Corolla | Toyota | JKH 6481 | 00873890779 | 9BR53ZEC268625400 | 2005/2006 | Representação | Sede TRE |
| 13 | S10 LTZ | Chevrolet | QZQ-8D48 | 0121800419-0 | 9BG148MK0LC427283 | 2019/2020 | Representação | Sede TRE |
| 14 | Corolla | Toyota | JKH 6451 | 00873890167 | 9BR53ZEC268625439 | 2005/2006 | Representação | Sede TRE |

V-2 – Necessidade de materiais específicos

Na contratação pretendida, não há previsão de utilização de materiais raros ou específicos, cuja previsibilidade não se mostre possível, razão pela qual não se faz necessária a inclusão de mecanismos para tratar dessa questão.

VI – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

VI-1 – Contratações similares

Em pesquisa de campo de mercado junto a outros órgãos da administração pública foi verificado que há

diversos contratos vigentes com o mesmo objeto pretendido por causa do fenômeno da terceirização e a escassez de cargos de motistas no serviço público,

Os contratos encontrados foram:

Contrato AC nº 00232015

Dados consultados em: 21/08/2020 14:07

Dados do Contrato

Empresa

ASA - AGÊNCIA DE SERVIÇOS DO ACRE LTDA.

Nome da Unidade Gestora:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

CNPJ:

11.815.892/0001-03

Unidade Gestora:

070002

Contrato Nº:

00232015

Número de Protocolo:

35654

Modalidade de Licitação:

Pregão

Forma de Contratação:

Contratos

Assinatura:

03/11/2015

Limite de Execução:

Publicação:

10/11/2015

Garantia:

Início:

03/11/2015

Término:

03/11/2020

Situação:

Vigente

Recisão:

Setor:

Coordenadoria De Serviços Gerais

Prorrogação:

Prorrogável

Valor Atualizado:

R\$ 79.699,50

Classificação Contábil:

Fundamento Legal:

LEI Nº 8.666/93 E LEGISLAÇÃO SUPLEMENTAR

Objeto do Contrato:

Prestação dos serviços continuados terceirizados de motoristas, em regime de empreitada por preço unitário, consoante as condições e termos estabelecidos no edital licitatório do Pregão Eletrônico/SRP nº 34/2015, em seus anexos e na proposta comercial, que ficam fazendo parte deste instrumento independente de transcrição.

Contrato AP nº 00142019

Dados consultados em: 21/08/2020 14:11

Dados do Contrato

Empresa

Fênix Serviços Especializados LTDA

Nome da Unidade Gestora:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

CNPJ:

23.066.228/0001-80

Unidade Gestora:

070029

Contrato Nº:

00142019

Número de Protocolo:

0000116-11.2019

Modalidade de Licitação:

Pregão

Forma de Contratação:

Contratos

Assinatura:

01/08/2019

Limite de Execução:

Publicação:

05/08/2019

Garantia:

Início:

16/09/2019

Término:

16/09/2020

Situação:

Vigente

Recisão:

Setor:

Prorrogação:

Prorrogável

Valor Atualizado:

R\$ 1.061.099,69

Classificação Contábil:

Fundamento Legal:

CONTRATO DE ADESÃO

Objeto do Contrato:

O presente contrato tem como objeto serviço terceirizado de condução de veículos com a finalidade de conduzir os veículos oficiais pertencentes à frota do TRE/AP, conforme especificado no Projeto básico , anexo I do Pregão Eletrônico nº7/2019.

Dados do Contrato

Empresa
PROJEBEL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.

Nome da Unidade Gestora:
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - PARÁ

CNPJ: 02.295.753/0001-05
Unidade Gestora: 070004

Modalidade de Licitação:

Pregão

Assinatura: 14/02/2019
Limite de Execução:

Início: 14/02/2019
Término: 14/02/2020

Setor:

Classificação Contábil:

Fundamento Legal:

LEI Nº 10.520/2002 - PREGÃO

Objeto do Contrato:

PRESTAÇÃO, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, PARA ATENDER A SECRETARIA DO TRIBUNAL, AS ZONAS ELEITORAIS SEDIADAS NO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ E, EVENTUALMENTE, AS ZONAS ELEITORAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM, de acordo com as especificações, condições, quantidades e prazos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 101/2018 e seus anexos.

Contrato Nº: 00072019
Número de Protocolo: 0001156-22.2019.6.14

Forma de Contratação:

Contratos

Publicação: 15/02/2019
Garantia:

Situação: Vigente
Recisão:

Prorrogação: Prorrogável
Valor Atualizado: R\$ 406.851,50

VI-2 – Audiência pública

Na legislação brasileira atual, há várias menções às audiências públicas, a exemplo da Lei 9472/96, da Lei 9478/97 e da Lei 8666/93, que no seu artigo 39, prevê que, em casos de licitação ou contrato de grande vulto, seja feita, obrigatoriamente, uma audiência pública, o que confere legitimidade às decisões da Administração Pública, todavia, neste tipo de contratação não se faz necessário por não se enquadrar nos ditames legais.

VII – ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

VII-1 – Estimativa de preços e meios de previsão de preços referenciais

A estimativa de custo (preço a ser pago à Contratada) é obtida através da planilha de formação de custo, disponibilizada no Anexo VII-D, da IN 05/2017-SEGES/MP. Tomando como base o salário da categoria, referenciado na convenção coletiva de trabalho (CCT) vigente.

VIII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

VIII-1 – Elementos que devem ser produzidos, contratados e executados

A empresa que vier a vencer o processo licitatório deverá prover solução integrada de apoio administrativo na quantidade de 03 (três) motorista na categoria “D” na condução dos veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, além da responsabilidade da comprovação da qualificação e dos requisitos dos empregados a serem alocados nos postos de serviços conforme segue:

- a) Comprovar a conclusão do 2º grau/nível médio de escolaridade;
- b) possuir a Carteira Nacional de Habilitação categoria **D** ou superior;
- c) Comprovar a participação e conclusão em Curso de Direção Defensiva;
- d) Comprovar a participação e conclusão em Curso de Primeiros Socorros; e
- e) possuir experiência de pelo menos 6 (seis) meses na atividade de condução de veículos/transporte de pessoas, comprovada em carteira de trabalho, ou outro meio que comprove a experiência exigida.

VIII-2 Da fiscalização por meio de preposto da execução das principais atribuições dos motoristas, sobre:

-
- a) A condução dos veículos oficiais para locomoção de autoridades e servidores onde estiver alocado, zelando pela segurança durante os deslocamentos;
 - b) O controle do consumo de combustível, solicitando o abastecimento quando o marcador de combustível registrar $\frac{1}{4}$ de sua capacidade total;
 - c) O zelo pela conservação e segurança dos veículos, solicitando as devidas manutenções quando necessárias;
 - d) A atualização com relação às normas e legislação de trânsito;
 - e) A observação quanto ao tratamento com urbanidade as autoridades, atentando para o cumprimento dos horários de trabalho e observar a disciplina;
 - f) A manutenção do veículo sob sua responsabilidade limpo e em boas condições higiênicas e quando necessário solicitar requisição de lavagem junto ao representante da Seção de Transportes;
 - g) A responsabilidade da apresentação ao posto de trabalho dos motoristas com trajas tipo social esporte e identificado por meio de crachá de identificação da empresa, do qual deverá constar, além de fotografia 3x4, no mínimo, as seguintes informações: nome e sobrenome, matrícula, RG, cargo e empresa; e
 - h) O respeito a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso controlado e registrado na forma do previsto no art. 67-E da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;
 - i) A observação periódica dos exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 (dois) anos e 6 (seis) meses, podendo ser utilizado para esse fim o exame obrigatório previsto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, desde que realizado nos últimos 60 (sessenta) dias;
 - j) A responsabilidade pela guarda, preservação e exatidão das informações contidas nas anotações em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, até que o veículo seja entregue ao contratante ou recolhidos pela empresa contratada.
 - k) Bem como outras atividades compatíveis com a natureza da contratação.

IX – JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

IX-1 – Inviabilidade de divisão da solução a ser contratada

Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.

O foco principal da contratação pretendida é um só: serviço de apoio administrativo de motorista “D”. Os demais atos que antecedem a prestação do serviço correspondem às atividades preparatórias para a execução do transporte em si, que se consolida com a expedição da ordem de serviço.

A solução de dividir pregões eletrônicos em itens é possível, de modo a possibilitar a ampliação da disputa entre os licitantes. Todavia, não pode haver prejuízo para o conjunto ou complexo licitado. Para que tal situação não ocorra, é possível reunir os itens em lotes ou grupos, atentando-se para o fato de que “o fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória”.

IX-2 – Indivisibilidade do objeto

A experiência havida em outros órgãos e no próprio Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas demonstra ser mais adequado e eficiente que a contratação pretendida seja selecionada através

de procedimento licitatório constituído em item único, qual seja: Serviço de Apoio Administrativo de motoristas categoria “D”.

As duas formas de se realizar o pregão eletrônico – itens reunidos em lote(s) ou item único – atendem as necessidades do órgão que necessita contratar serviço único e integrado. O ponto em comum de ambas soluções reside no fato de que aquilo que pode ser reunido deve ser concentrado, de sorte que apenas uma empresa vença a licitação, solução esta que não pode ser diferente quando se pretende proceder à contratação de determinado serviço que funcione perfeitamente e em completa harmonia e interligação.

Assim, não será prevista a contratação em vários itens ou mesmo lotes, de sorte que apenas uma empresa vença a disputa do certame, garantindo-se que a solução integrada do serviço de apoio administrativo de motorista categoria “D” seja eficaz e atenda aos interesses de Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

X– Capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado

Os servidores indicados para compor a Equipe de Planejamento possuem ampla experiência em suas respectivas áreas de atribuição, incluindo o futuro fiscal de contrato, sendo dispensável, *a priori*, a necessidade de capacitação desses servidores.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

XI-1 – Necessidade de outras contratações no escopo do projeto geral

No escopo do projeto como um todo, não se faz necessário proceder a outras contratações com empresas diversas para se atingir o fim almejado.

XII - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

XII-1 – Viabilidade da contratação

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois nada mais será do que o aprimoramento da prestação do serviço de transporte pela Seções de Transporte-SETRAN, cuja dinâmica já se faz presente no mercado.

Assim, concluímos pela viabilidade da contratação pretendida.

Manaus/AM, 25 de abril de 2022

JOSÉ WANDERLEY DE OLIVEIRA
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

JOSENILDO PEREIRA SOARES
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

IERMAK MENEZES NINA
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação